

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 444/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **EXONERAR**, a pedido, a partir do dia 23 de junho de 2017, a servidora **ROSIANE MARIA CAMPOS**, matrícula n. 232.748-1, do cargo de Gerente de Biblioteca, nível CMP-5 do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, alterada pela Lei Complementar n. 312, de 20 de dezembro de 2005, e pela Lei Complementar n. 483, de 4 de janeiro de 2010. Florianópolis, 23 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 456/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, nos termos dos artigos 9º e 11 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **MICHAEL GASPAR HÜBNER**, nascido em 26 de maio de 1993, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, nível CMP-1, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 276, de 27 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar 312, de 20 de dezembro de 2005, e pela Lei Complementar n. 535, de 20 de junho de 2011. Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 457/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, nos termos dos artigos 9º e 11 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **ANDREZZA GARCIA ANZOLIN**, nascida em 4 de janeiro de 1991, para exercer o cargo de Assistente de Procuradoria de Justiça, nível CMP-1, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 683, de 16 de dezembro de 2016. Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 458/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, nos termos dos artigos 9º e 11 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **THAIS SOUZA**, nascida em 20 de novembro de 1974, para exercer o cargo de Assessor Jurídico, nível CMP-2, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 683, de 16 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 459/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, nos termos dos artigos 9º e 11 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **LILIAN VARGAS CAPISTRANO**, nascida em 11 de setembro de 1972, para exercer o cargo de Assistente

de Promotoria de Justiça, nível CMP-1, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 276, de 27 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Complementar n. 312, de 20 de dezembro de 2005, e pela Lei Complementar n. 535, de 20 de junho de 2011.

Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 460/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, nos termos dos artigos 9º e 11 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **BRUNA GABRIELA GOEDERT**, nascida em 23 de junho de 1994, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, nível CMP-1, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 629, de 7 de maio de 2014.

Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 461/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XIV, letra "d", da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, nos termos dos artigos 9º e 11 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **JONATHAN MACHADO CHAGAS**, nascido em 26 de fevereiro de 1993, para exercer o cargo de Assistente de Procuradoria de Justiça, nível CMP-1, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 683, de 16 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

ATO N. 463/2017/PGJ

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIV, alínea "c", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, resolve **NOMEAR**, por concurso, nos termos dos artigos 9º e 10 da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985, **ALEXANDRE AUGUSTO FLORES**, nascido em 7 de março de 1987, para exercer o cargo efetivo de **Analista em Tecnologia da Informação**, nível/referência ANS-7F, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 579, de 26 de setembro de 2012.

Florianópolis, 29 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N. 119/2017 - CONVOCAÇÃO - Concurso Público - Edital n. 012/2014

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas art. 18, inciso XIV, alínea "c", da Lei Complementar estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e, em obediência ao item 12.2 do Capítulo 12 do Edital n. 012/2014, **CONVOCA**, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vagas no nível inicial de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina abaixo relacionado, em face à desistência de candidata anteriormente convocada:

N. Inscrição	Nome	Cargo	Lotação
21393	Alexandre Thiesen Becsi	Técnico do Ministério Público	Procuradoria-Geral de Justiça

O candidato acima indicado deverá, até o dia **13 de julho do corrente ano**, dirigir-se à Coordenadoria de Recursos Humanos da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada no Edifício Campos Salles, situado na Rua Pedro Ivo, 231, sala 702, Centro, Florianópolis, munido dos documentos constantes na correspondência eletrônica que lhe será enviada. O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

Florianópolis, 28 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 2.724/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 10, inciso IX, alínea "h", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, no dia 30 do mês de junho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 2.251/2017, que indicou o Doutor **RAFAEL FERNANDES MEDEIROS**, matrícula n. 358.318-0, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Anchieta, para atuar, de 24 de maio de 2016 a 15 de abril de 2018, perante a 82ª Zona Eleitoral da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 29 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.725/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 10, inciso IX, alínea "h", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

INDICAR o Doutor **RENATO MAIA DE FARIA**, matrícula n. 658.937-5, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Descanso, para responder, no dia 30 do mês de junho do corrente ano, na 82ª Zona Eleitoral da Comarca de Anchieta.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 29 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.747/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 10, inciso IX, alínea "h", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

INDICAR o Doutor **GUSTAVO MERELES RUIZ DIAZ**, matrícula n. 000.277-1, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, para atuar, de 1º de julho de 2017 a 21 de fevereiro de 2018, na 88ª Zona Eleitoral da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.748/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 10, inciso IX, alínea "h", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, nos períodos informados do mês de julho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 2.697/2017, que indicou os seguintes Promotores de Justiça para responderem na 88ª Zona Eleitoral da Comarca de Blumenau.

179.621-6	Hélio José Fiamoncini (Até 6)
372.062-4	Carlos Eduardo Cunha (De 7 a 16)

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.749/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 10, inciso IX, alínea "h", da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

RESOLVE:

FAZER CESSAR, no período de 17 a 31 do mês de julho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 2.747/2017, que indicou o Doutor **GUSTAVO MERELES RUIZ DIAZ**, matrícula n. 000.277-1, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 14ª Promotoria de Justiça da Comarca de Blumenau, para atuar, de 1º de julho de 2017 a 21 de fevereiro de 2018, na 88ª Zona Eleitoral da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.722/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, no dia 30 do mês de junho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 3.148/2016, que designou o Doutor **RAFAEL FERNANDES MEDEIROS**, matrícula n. 358.318-0, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Anchieta, para exercer, de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017, as funções de Coordenador Administrativo da Promotoria de Justiça da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 29 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.723/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR o Doutor **RENATO MAIA DE FARIA**, matrícula n. 658.937-5, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Descanso, para exercer, no dia 30 do mês de junho do corrente ano, as funções de Coordenador Administrativo da Promotoria de Justiça da Comarca de Anchieta.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 29 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.731/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, no dia 30 do mês de junho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 3.148/2016, que designou a Doutora **CARLA MARA PINHEIRO**, matrícula n. 232.731-7, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapema, para exercer, de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.732/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR a Doutora **ARIANE BULLA JAQUIER**, matrícula n. 684.760-9, ocupante do cargo de Promotor de Justiça Substituto da 16ª Circunscrição do Ministério Público, com sede na Comarca de Balneário Camboriú, para exercer, no dia 30 do mês de junho do corrente ano, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça da Comarca de Itapema.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.735/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, nos dias 3 e 7 do mês de julho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 1.596/2017, que designou o Doutor **DIOGO LUIZ DESCHAMPS**, matrícula n. 371.586-8, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negrinho, para exercer, de 16 de maio a 31 de agosto de 2017, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.736/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR o Doutor **RAFAEL PEDRI SAMPAIO**, matrícula n. 658.803-4, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negrinho, para exercer, nos dias 3 e 7 do mês de julho do corrente ano, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.744/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

FAZER CESSAR, no período de 17 a 21 do mês de julho do corrente ano, os efeitos da Portaria n. 2.700/2017, que designou o Doutor **VICTOR ABRAS SIQUEIRA**, matrícula n. 684.844-3, ocupante do cargo de Promotor de Justiça Substituto da 6ª Circunscrição do Ministério Público, com sede na Comarca de Canoinhas, para exercer, de 17 a 31 do mesmo mês e ano, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça da Comarca de Ibituba.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

PORTARIA N. 2.745/2017

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XII, alínea "f", da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, e considerando o disposto no art. 2º do Ato n. 608/MP/2013,

RESOLVE:

DESIGNAR o Doutor **GLÁUCIO JOSÉ SOUZA ALBERTON**, matrícula n. 305.122-6, ocupante do cargo de Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Imbituba, para exercer, no período de 17 a 21 do mês de julho do corrente ano, as funções de Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça da mesma Comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

AURINO ALVES DE SOUZA

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, E. E.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

SÚMULA N. 10

Comunico, para efeito da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, que o Órgão Especial do e. Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, às 9h e 30min, decidiu: **1. Deliberação sobre o Projeto de Lei que define a nova estrutura administrativa, com a extinção, transformação e criação de cargos.** O Órgão Especial do e. Colégio de Procuradores de Justiça decidiu, por unanimidade dos presentes, aprovar o mencionado Projeto de Lei com as modificações apontadas pelo Procurador-Geral de Justiça e as ressalvas feitas pelo Procurador de Justiça Gercino Gerson Gomes Neto. **2. Deliberação sobre a proposta de Ato que visa definir o alcance das áreas de atuação do Ministério Público em 1º Grau, para fins de definição das atribuições dos respectivos Órgãos de Execução.** O Órgão Especial do e. Colégio de Procuradores de Justiça decidiu, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta, com as ressalvas feitas pelo Procurador de Justiça Rui Arno Richter. **3. Deliberação sobre a proposta de Ato que visa regulamentar a atuação das Promotorias de Justiça com atuação na Tutela Difusa da Segurança Pública.** O Órgão Especial do e. Colégio de Procuradores de Justiça decidiu, por unanimidade dos presentes, aprovar a citada proposta, mediante a inserção de redação sugerida pelo Corregedor-Geral, Gilberto Callado de Oliveira. **4. Deliberação sobre a proposta de Ato que visa definir as atribuições das Promotorias de Justiça com atuação na defesa da Ordem Tributária.** O Órgão Especial do e. Colégio de Procuradores de Justiça decidiu, por unanimidade dos presentes, aprovar a mencionada proposta.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

LIO MARCOS MARIN

SECRETÁRIO DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

V I S T O:

SANDRO JOSÉ NEIS

PRESIDENTE DO ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

SÚMULA N. 174

Comunico, para efeito da Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000, que o e. Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão ordinária realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e dezessete, às 9 horas, decidiu: **1. Manifestação sobre a proposta de reajuste dos vencimentos dos servidores do Ministério Público de Santa Catarina, relativo à data base do exercício de 2017.** O e. Colégio de Procuradores de Justiça, por maioria dos presentes, manifestou concordância com a referida proposta apresentada, sendo contrário o Procurador de Justiça Gercino Gerson Gomes Neto. **2. Manifestação sobre proposta de alteração do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Ministério Público.** O e. Colégio de Procuradores de Justiça, por unanimidade dos presentes, manifestou concordância com a referida proposta apresentada. **3. Deliberação sobre a lotação do Procurador de Justiça Paulo de Tarso Brandão, em face da denegação do registro de aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.** O e. Colégio de Procuradores de Justiça, por unanimidade dos presentes, aprovou a abertura de vaga na Procuradoria Criminal, bem como consulta prévia de remoção, por antiguidade, aos Procuradores de Justiça.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO ROSA

PROCURADOR DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

V I S T O:

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL N. 121/2017/CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO torna público, para os efeitos do art. 131 da Lei Complementar n. 197, de 13 de julho de 2000 - Lei Orgânica do Ministério Público, que se acham abertas, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, as inscrições ao concurso de remoção, por antiguidade, para o cargo de 1º Promotor de Justiça da Comarca de Chapecó (Processo 13/2017).

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

SANDRO JOSÉ NEIS

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Por entrância e ordem alfabética

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00000837-2

COMARCA: Balneário Camboriú

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 6ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 3/2/2015

Data da Conclusão: 7/4/2017

Partes: Cristiano Imhof e FG Empreendimentos.

Conclusão: não sendo constatadas irregularidades que pudessem ensejar a propositura de ação civil pública, promovo o arquivamento do presente Inquérito Civil, com fulcro no art. 9º, *caput*, da Lei n. 7.347/85 e nos arts. 25, I, e 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Membro do Ministério Público: Rosan da Rocha

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002143-9

COMARCA: Brusque

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 12/4/2017

Data da Conclusão: 29/6/2017

Partes: Lar Sagrada Família e Município de Brusque.

Conclusão: arquivado em razão de inexistir fundamento para a propositura de ação civil pública.

Membro do Ministério Público: Fernanda Crevanzi Vailati

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00003151-8

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 29ª Promotoria de Justiça

PESSOAS CIENTIFICADAS: João Paulo Marcon e Iraldo Freitas de Farias.

As pessoas identificadas no presente Edital ficam cientificadas da decisão abaixo, bem como de que poderão apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: consumidor. Não entrega de produto adquirido por meio eletrônico. Inexistência de outras reclamações nos órgãos oficiais de proteção e defesa do consumidor. Interesse individual configurado. *Site* já retirado do ar. Ausência de fundamento para a propositura de ação civil pública. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Eduardo Paladino

Data: 30/6/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

NOTÍCIA DE FATO N. 01.2017.00008876-4

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 12ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: anônimo.

A pessoa a quem interessar este Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de dez dias, a contar da publicação deste Edital, nesta 12ª Promotoria de Justiça da Capital, a ser remetido ao Conselho Superior do Ministério Público para deliberação.

EXTRATO DA DECISÃO: Notícia de Fato. Denúncia de possíveis irregularidades em transferências por critério social no Corpo de Bombeiros Militar. Esclarecimentos prestados pelo órgão público. Ausência de elementos mínimos que justifiquem a instauração de procedimento investigatório. Indeferimento que se impõe.

Membro do Ministério Público: Anelize Nascimento Martins Machado

Data: 30/6/2017

EXTRATO DE CONCLUSÃO DA NOTÍCIA DE FATO N. 01.2017.00010616-8

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 12ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 23/5/2017

Data da Conclusão: 28/6/2017

Conclusão: Notícia de Fato dando conta de suposta ilegalidade cometida pelo Estado de Santa Catarina ao acostar escalas de serviço possivelmente falsas como prova no Processo Judicial n. 0338757-87.2014.8.24.0023. Ausência das mencionadas escalas de serviço. Inexistência de elementos mínimos capazes de justificar a instauração de procedimento investigatório. Indeferimento que se impõe. Remessa de cópia à 27ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital diante de eventual descumprimento à ordem judicial.

Membro do Ministério Público: Anelize Nascimento Martins Machado

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2016.00007362-3

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 33ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 7/9/2016

Data da Conclusão: 26/6/2017

Partes: D. J. P. da L., Hospital Governador Celso Ramos, Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis.

Conclusão: saúde pública. Apurar a dificuldade de acesso a exames ao noticiante pelo SUS. Exames agendados e realizados. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Analú Librelato Longo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003726-4

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 29ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0034/2017/29PJ/CAP

Data da Instauração: 23/6/2017

Partes: representante: Joana Burhardt Verani; investigada: academia Smart Fit.

Objeto: investigar possível abusividade praticada pela Smart Fit na imposição de contratação anual do serviço de academia, com obrigatório pagamento mensal via débito em conta ou cartão de crédito, ou à vista, em dinheiro e em cota única.

Membro do Ministério Público: Eduardo Paladino

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003813-0

COMARCA: Capital

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 29ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0036/2017/29PJCcap

Data da Instauração: 27/6/2017

Partes: representante: Vanessa Brandão Mariani; investigado: Conjunto Habitacional Caminho da Praia.

Objeto: irregularidades na situação do Conjunto Habitacional Caminho da Praia no tocante às normas de segurança contra incêndio e pânico.

Membro do Ministério Público: Eduardo Paladino

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00003610-2

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 15ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 5/5/2015

Data da Conclusão: 18/5/2017

Partes: Moacir Mello e Município de Joinville.

Conclusão: objeto idêntico ao PA n. 09.2016.00004842-4. Natureza do direito tutelado que melhor se coaduna com as finalidades do procedimento administrativo.

Membro do Ministério Público: Augusto Zanelato Júnior

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002147-2

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 186/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Partes: Estado de Santa Catarina e Associação Opção de Vida.

Objeto: apurar supostas irregularidades no programa socioeducativo da Casa de Semiliberdade de Joinville.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002148-3

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 185/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Partes: Estado de Santa Catarina e Associação Opção de Vida.

Objeto: apurar supostas irregularidades no programa socioeducativo do Centro de Atendimento Provisório (CASEP) de Joinville.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002670-1

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 188/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Município de Joinville.

Objeto: apurar suposta falta de recursos humanos no Centro Municipal de Educação Infantil Aventuras de Crianças.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002671-2

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 191/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Joinville Esporte Clube.

Objeto: apurar supostas irregularidades na contratação e no alojamento de adolescentes atletas.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002671-2

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 191/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Joinville Esporte Clube.

Objeto: apurar supostas irregularidades na contratação e no alojamento de adolescentes atletas.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002674-5

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 190/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Centro de Educação Profissional de Joinville (CEDUP).

Objeto: apurar supostas irregularidades sanitárias na instituição de ensino.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00002678-9

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 189/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.

Objeto: apurar supostas irregularidades na mudança do processo avaliativo de alunos da rede estadual de ensino.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003458-9

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 187/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Município de Joinville.

Objeto: apurar suposta deficiência no número de vagas para acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Joinville.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003893-0

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 14ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0038/2017/14PJ/JOI

Data da Instauração: 30/6/2017

Partes: Irene de Souza e outros.

Objeto: apurar possível poluição sonora e possíveis irregularidades em relação ao estabelecimento comercial "Leandro Lanches", situado na Rua Tuiuti, 880, Bairro Iririú, em Joinville.

Membro do Ministério Público: Marcelo Mengarda

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2017.00003802-0

COMARCA: Joinville

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 4ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 229/2017

Data da Instauração: 26/6/2017

Parte: Município de Joinville.

Objeto: apurar suposta irregularidade na mudança de local do Programa de Iniciação Esportiva, realizado no Bairro Aventureiro.

Membro do Ministério Público: André Braga de Araújo

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL N. 06.2017.00003895-2

COMARCA: Lages

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 104ª Promotoria Eleitoral

N. da Portaria de Instauração: 01/2017

Data da Instauração: 30/6/2017

Partes: passivas: Rufius Antonius Rodrigues Schmitt, José Rogerio Borges e José Nilson Carlos.

Objeto: Relatório de Informação Policial. Análise de reflexos eleitorais, possíveis condutas criminosas e irregularidades cíveis eleitorais.

Membro do Ministério Público: Neori Rafael Krahl

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2017.00003227-0

COMARCA: Palhoça

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 29/5/2017

Data da Conclusão: 23/6/2017

Parte: Município de Palhoça.

Conclusão: o prosseguimento deste feito não mais se justifica pela perda do objeto, visto que o direito à educação dos infantes J. P. L. e L. V. L. P. foi efetivamente garantido, não existindo, neste momento, fundamento para a propositura de ação civil pública por parte do Ministério Público.

Membro do Ministério Público: Aurélio Giacomelli da Silva

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

NOTÍCIA DE FATO N. 01.2017.00008495-7

COMARCA: São José

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 5ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: anônimo.

A pessoa a quem interessar o presente Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: Notícia de Fato instaurada para apurar as condições da ONG FGA no que se refere à atribuição do terceiro setor, dado que não foi apurada a ocorrência de qualquer irregularidade nos fatos noticiados.

Membro do Ministério Público: Vera Lúcia Butzke

Data: 30/6/2017

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO SIG N. 06.2016.00007919-4

COMARCA: São José

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 10ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 25/4/2017

Data da Conclusão: 30/6/2017

Partes: Ministério Público Estadual (de ofício) e José Alves.

Conclusão: arquivado em razão da celebração de termo de ajustamento de conduta que alcançou o objeto do investigatório.
Membro do Ministério Público: Raul de Araujo Santos Neto

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIG N. 06.2017.00002880-0

COMARCA: São José

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 10ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 15/5/2017

Data da Conclusão: 30/6/2017

Parte: Dillon Comércio, Terraplanagem, Construtora e Incorporadora de Imóveis Ltda.

Conclusão: arquivado em razão da regularização e da correção do sistema de esgoto com aprovação pela Diretoria de Vigilância Sanitária, esgotando-se, portanto, o objeto do investigatório.

Membro do Ministério Público: Raul de Araujo Santos Neto

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

NOTÍCIA DE FATO N. 01.2017.00009433-3

COMARCA: Canoinhas

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: anônimo.

A pessoa a quem interessar o presente Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar recurso administrativo no prazo de dez dias, a contar da data da intimação desta decisão, conforme dispõe o art. 8º do Ato n. 335/2014/PGJ. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: Notícia de Fato instaurada a partir de denúncia realizada na Ouvidoria do Ministério Público de Santa Catarina, a qual aponta possível irregularidade na 25ª Agência de Desenvolvimento Regional (ADR Canoinhas), notadamente no que tange à suposta ocorrência de nepotismo entre os servidores Roberto Tadeu Bauer, Alexsandra Maria de Souza Bauer e Nathalie de Souza Bauer. Instrução com requisição de documentos. Nomeação dos servidores após concurso público. Ausência de violação aos princípios da Administração Pública. Servidores lotados em setores diversos. Nathalie de Souza Bauer não faz parte do quadro de servidores da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas. Indeferimento de instauração de procedimento investigatório.

Membro do Ministério Público: Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros

Data: 16/6/2017

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2017.00003694-3

COMARCA: Canoinhas

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0034/2017/03PJ/CAN

Data da Instauração: 27/6/2017

Objeto: buscar a reparação de dano ambiental causado, em tese, por Francisco Mendes de Souza.

Membro do Ministério Público: Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 06.2017.00003823-0

COMARCA: Canoinhas

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0035/2017/03PJ/CAN

Data da Instauração: 27/6/2017

Objeto: apurar a regularidade da suposta doação de terreno do Município de Três Barras a Josiane Pinto e Fabio Almeida.

Membro do Ministério Público: Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005111-1

COMARCA: Caçador

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0035/2017/01PJ/CAC

Data da Instauração: 27/6/2017

Partes: Ministério Público e Genoveva Dias Missel.

Objeto: apurar eventual situação de vulnerabilidade social do idoso Acir Fernandes (62 anos), o qual reside sozinho, não possui familiares, é acometido de déficit cognitivo e crises psicóticas, além de fazer uso de bebidas alcoólicas.

Membro do Ministério Público: Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005127-7

COMARCA: Caçador

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 27/6/2017

Partes: Disque Direitos Humanos - Disque 100 e C. R. C.

Objeto: apurar eventual situação de risco de C. R. C. (12 anos de idade), a qual estaria sofrendo violência sexual por indivíduo ainda não identificado.

Membro do Ministério Público: Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005210-0

COMARCA: Caçador

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 28/6/2017

Parte: A. J. R.

Objeto: suposta situação de vulnerabilidade a que estaria exposta a adolescente A. J. R., portadora de necessidades especiais

Membro do Ministério Público: Roberta Ceolla Gaudêncio de Moraes

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003657-6

COMARCA: Concórdia

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 06.2017.00003657-6

Data da Instauração: 28/6/2017

Partes: anônimo e Cooperativa de Trabalho Magna - Colégio CEM de Concórdia.

Objeto: averiguar a presença de eventual irregularidade no Colégio CEM, situado em Concórdia, consistente no excesso de alunos por sala de aula.

Membro do Ministério Público: Marcos Batista De Martino

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00002953-4

COMARCA: Itapema

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 15/4/2015 (15:26:59)

Data da Conclusão: 29/6/2017

Partes: Ouvidoria do Ministério Público e Município de Itapema.

Conclusão: Inquérito Civil. Meio ambiente. Irregularidades na infraestrutura do Canil Municipal de Itapema. Desrespeito à legislação vigente. Celebração de termo de ajustamento de conduta prevendo a construção de novo canil e a realização de manutenção do atual local. Previsão de multa cominatória em caso de descumprimento das cláusulas fixadas no referido instrumento. Desnecessidade de manutenção do feito. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Carla Mara Pinheiro

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2011.00002829-8

COMARCA: Mafra

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 26/10/2011

Data da Conclusão: 29/6/2017

Parte: Presídio Regional de Mafra.

Conclusão: arquivamento pela ausência de elementos indicativos de atos atentatórios à Lei de Execuções Penais.

Membro do Ministério Público: Rodrigo Cesar Barbosa

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003848-5

COMARCA: Mafra

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0013/2017/03PJ/MAF

Data da Instauração: 29/6/2017

Parte: Jose Dirceu Clemente.

Objeto: apurar a responsabilidade civil pelo dano ambiental em área de preservação permanente decorrente de corte de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração, bem como da mata ciliar às margens de um córrego.

Membro do Ministério Público: Filipe Costa Brenner

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003860-8

COMARCA: Mafra

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0011/2017/03PJ/MAF

Data da Instauração: 29/6/2017

Parte: FMM Engenharia Ltda.

Objeto: apurar possíveis atividades poluidoras consistentes no tratamento inadequado (ou inexistente) de esgoto despejado pelas propriedades contíguas ao imóvel situado na Rua Prof. Maria Espirito Santo com a Rua Felipe Schmidt, 354, Centro, em Mafra, bem como eventual situação de instabilidade do terreno, a colocar em risco a segurança da coletividade.

Membro do Ministério Público: Filipe Costa Brenner

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003863-0

COMARCA: Mafra

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 3ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0012/2017/03PJ/MAF

Data da Instauração: 29/6/2017

Parte: FMM Engenharia Ltda.

Objeto: apurar possível degradação de área de preservação permanente decorrente da implantação do empreendimento "Residencial Marselha".

Membro do Ministério Público: Filipe Costa Brenner

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005256-5

COMARCA: Rio Negrinho

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0052/2017/01PJ/RNE

Data da Instauração: 29/6/2017

Partes: Rodrigo Fernando Benda e Ilsa Mara Xavier.

Objeto: apurar possível situação de risco envolvendo portador de necessidades especiais.

Membro do Ministério Público: Rafael Pedri Sampaio

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005276-5

COMARCA: Rio Negrinho

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0053/2017/01PJ/RNE

Data da Instauração: 29/6/2017

Partes: sigilosas.

Objeto: verificar possível situação de risco envolvendo adolescente.

Membro do Ministério Público: Rafael Pedri Sampaio

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2014.00008894-1

COMARCA: Santo Amaro da Imperatriz

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 29/9/2014

Data da Conclusão: 29/6/2017

Partes: representante: Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz; representado: Município de Rancho Queimado.

Conclusão: ajuizamento da Ação Civil Pública n. 0900048-21.2017.8.24.0057 (SIG n. 08.2017.00208737-9) visando à regularização do loteamento clandestino denominado "Condomínio Villa do Rancho".

Membro do Ministério Público: Cristina Elaine Thomé

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00005749-6

COMARCA: Santo Amaro da Imperatriz

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 9/11/2015

Data da Conclusão: 29/6/2017

Partes: representante: Cartório de Registro de Imóveis de Santo Amaro da Imperatriz; representados: Ernani Buss e Rosana Garcia Buss.

Conclusão: arquivamento.

Membro do Ministério Público: Cristina Elaine Thomé

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2012.00004853-0

COMARCA: São Bento do Sul

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 6/9/2012

Data da Conclusão: 21/6/2017

Parte: Município de São Bento do Sul.

Conclusão: arquivamento promovido após tomada de ajuste de condutas.

Membro do Ministério Público: Cássio Antonio Ribas Gomes

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003821-9

COMARCA: São Joaquim

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

N. da Portaria de Instauração: 0019/2017/02PJ/SJA

Data da Instauração: 27/6/2017

Parte: Daniela Cristina Medeiros.

Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa pela Conselheira Tutelar Daniela Cristina Medeiros, consistente no descumprimento da carga horária de trabalho e na sua desídia funcional.

Membro do Ministério Público: Gilberto Assink de Souza

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2016.00007721-9

COMARCA: Urussanga

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

PESSOAS CIENTIFICADAS: 2ª Promotoria de Justiça de Urussanga, Município de Urussanga, Marcos Bratti e outros interessados.

As pessoas identificadas no presente Edital ficam científicas da decisão abaixo, bem como de que poderão apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: defesa do meio ambiente e da ordem urbanística. Inquérito Civil instaurado para apurar risco de desmoronamento de um morro localizado no Município de Urussanga em razão do desmatamento para a implantação de um loteamento. Constatação da regularidade das obras desenvolvidas, as quais se justificam pela necessidade de medidas de contenção de risco, devidamente acompanhadas e autorizadas pelo órgão ambiental municipal. Ausência de elementos a ensejar a adoção de qualquer outra medida extrajudicial ou judicial para a tutela dos direitos violados. Promoção de arquivamento que se submete à análise do Conselho Superior do Ministério Público.

Membro do Ministério Público: Diana da Costa Chierighini

Data: 28/6/2017

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2016.00007721-9

COMARCA: Urussanga

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 13/10/2016

Data da Conclusão: 28/6/2017

Partes: Marcos Bratti, Município de Urussanga e outros interessados.

Conclusão: defesa do meio ambiente e da ordem urbanística. Inquérito Civil instaurado para apurar risco de desmoronamento de um morro localizado no Município de Urussanga, em razão do desmatamento para a implantação de um loteamento. Constatação da regularidades das obras desenvolvidas, as quais se justificam pela necessidade de medidas de contenção de risco, devidamente acompanhadas e autorizadas pelo órgão ambiental municipal. Ausência de elementos a ensejar a adoção de qualquer outra medida extrajudicial ou judicial para a tutela dos direitos violados. Promoção de arquivamento que se submete à análise do Conselho Superior do Ministério Público.

Membro do Ministério Público: Diana da Costa Chierighini

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003701-0

COMARCA: Videira

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 2ª Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 21/6/2017

Data da Conclusão: 28/6/2017

Partes: Luciano Paganini e Thiago Frigo.

Conclusão: recomendação expedida pelo Ministério Público e devidamente acatada pelo Prefeito Municipal de Iomerê versando sobre a necessidade de fazer alterações no edital de Leilão n. 02/2017. Desinteresse na propositura de ação civil pública.

Membro do Ministério Público: João Paulo Bianchi Beal

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2011.00004708-8

COMARCA: Abelardo Luz

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1º Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 22/6/2011

Data da Conclusão: 17/4/2017

Partes: Amarildo Poggere, Valdir Mário Boiani, Município de Ipuçu, Luiz Antônio Serraglio e Denilso Casal.

Conclusão: ajuizamento de ação civil pública.

Membro do Ministério Público: Marcionei Mendes

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2014.000006586-0

COMARCA: Abelardo Luz

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1º Promotoria de Justiça

Data da Instauração: 29/6/2014

Data da Conclusão: 9/3/2017

Parte: Dilmar Antonio Fantinelli.

Conclusão: ajuizamento de ação civil pública.

Membro do Ministério Público: Luísa Zuardi Niencheski

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2008.00001922-8

COMARCA: Araquari

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: Associação de Moradores do Parque Residencial Manoel Maria.

A pessoa identificada no presente Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: meio ambiente. Loteamento Manoel Maria. Presença de animais peçonhentos e insetos (cobras, aranhas, ratos) no loteamento por falta de limpeza de alguns dos lotes não edificados. Poder de polícia regularmente exercido pelo Município de Araquari - 2010/2011: loteamento que dispunha de 244 de lotes, dos quais 50 eram terrenos baldios e estavam em situação de irregularidade, tendo sido notificados para regularização. Nova vistoria feita em 2013 em que se constatou que, após notificados, apenas dez permaneceram em situação de risco inicialmente reclamado. Instauração de procedimento próprio para resolução do ponto ambiental pendente com foco distinto, colocando no polo passivo (investigados) os proprietários dos dez lotes não regularizados. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Leandro Garcia Machado

Data: 30/6/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2013.00003015-5

COMARCA: Araquari

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

PESSOAS CIENTIFICADAS: Cátia Teixeira Munslaff, Mancel Ramiro Dias, José Mira de Oliveira e Elizabeth Ivone Nunes Brusch.

Pelo presente, científico o representante do Inquérito Civil precitado da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar recurso administrativo no prazo de dez dias, o qual começará a correr do próximo dia útil. As razões de recurso deverão ser remetidas ou apresentadas diretamente ao órgão do Ministério Público acima identificado (Rua Antônio Ramos Alvim, 500, Centro, Fórum de Araquari, Centro, Araquari - SC - 89245-000) ou ao próprio Conselho Superior do Ministério Público, com sede na Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-904.

EXTRATO DA DECISÃO: cidadania e consumidor. Suposta ilegalidade na cobrança pelo serviço de coleta de lixo. Natureza de tarifa ou preço público (entendimento pacificado nos Tribunais pátrios). Situação que implica regulação do preço/tarifa por ato administrativo simples, despicienda, portanto, lei nesse sentido. Cálculo do preço/tarifa que corresponde, efetivamente, à contraprestação do serviço público desempenhado pela concessionária (coleta de lixo). Anexo VII do Edital de Concorrência Pública n. 27/2011 que assim evidencia (fl. 55). Ilegalidade não evidenciada. Abusividade da cobrança também não verificada. Tarifa de emissão de carnê (ilegalidade reconhecida e corrigida pela própria empresa, inclusive com a devolução aos consumidores lesados de valores indevidamente recolhidos - fls. 523 e 535). Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Leandro Garcia Machado

Data: 30/6/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2013.00003774-8

COMARCA: Araquari

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: José da Silva Santos.

A pessoa identificada no presente Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: moralidade administrativa. Suposto ato de improbidade administrativa perpetrado pelo então Prefeito de Araquari, João Pedro Woitexem. Contratação de serviços para a Festa do Maracujá do ano de 2013. Ausência. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Leandro Garcia Machado

Data: 30/6/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00004575-6

COMARCA: Araquari

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: 1ª Promotoria de Justiça

PESSOA CIENTIFICADA: Maurina de Sousa.

A pessoa identificada no presente Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: saúde. Direito individual indisponível. Não encaminhamento de pacientes que necessitam de Ortopedista. Eventual ausência de profissional especializado no Município. A Secretaria de Saúde de Balneário Barra do Sul possui Ortopedista em seu quadro de especialidades médicas. Consulta agendada. Perda superveniente do objeto. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Leandro Garcia Machado

Data: 30/6/2017

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00006169-0

COMARCA: Armazém

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

PESSOA CIENTIFICADA: representante legal da empresa Coenco Engenharia e Construções Ltda.

A pessoa identificada no presente Edital fica cientificada da decisão abaixo, bem como de que poderá apresentar razões escritas ou documentos ao Conselho Superior do Ministério Público até a sessão que apreciar a promoção de arquivamento. As razões ou os documentos podem ser remetidos ou apresentados diretamente ao Conselho Superior do Ministério Público (Rua Bocaiuva, 1750, Centro, Florianópolis - SC, 88015-902) ou ao órgão do Ministério Público acima identificado.

EXTRATO DA DECISÃO: moralidade. Suposta irregularidade na anulação de empenhos pelo Município de Gravatal. Comprovada a necessidade de anulação dos empenhos em virtude de não execução e pagamento integral pelos serviços prestados. Ausência de improbidade administrativa. Arquivamento.

Membro do Ministério Público: Ana Paula Destri Pavan

Data: 30/6/2017

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005150-0

COMARCA: Garuva

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça única

N. da Portaria de Instauração: 0014/2017/PJ/GRV

Data da Instauração: 29/6/2017

Partes: Oficial da Infância e Juventude da Comarca de Garuva, Marlene Lourenço e Luciano.

Objeto: apurar situação de vulnerabilidade vivenciada pelos filhos de Marlene Lourenço e Luciano, diante da denúncia de que sofrem maus-tratos e de que são negligenciados pelos genitores.

Membro do Ministério Público: Joel Zanelato

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003872-0

COMARCA: Herval d'Oeste

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

Data da Instauração: 30/6/2017

Partes: Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina e Farmácia do Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Objeto: apurar possível irregularidade na ausência de responsável técnico na Farmácia do Hospital Nossa Senhora de Fátima.
Membro do Ministério Público: Luísa Zuardi Niencheski

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003874-1

COMARCA: Herval d'Oeste

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

Data da Instauração: 30/6/2017

Partes: Ana Paula Pereira Construções ME e Município de Erval Velho.

Objeto: apurar possível ato de improbidade administrativa quando da anulação da Licitação n. 31/2017 (Pregão n. 21/2017) pelo Município de Erval Velho.

Membro do Ministério Público: Luísa Zuardi Niencheski

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005097-8

COMARCA: Ponte Serrada

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

N. da Portaria de Instauração: 09.2017.00005097-8

Data da Instauração: 29/6/2017

Partes: A. A. S. C. e V. Y. C.

Objeto: verificar possível situação de risco a que está submetida a criança V. Y. C., nascida em 25/2/2010.

Membro do Ministério Público: Djônata Winter

EXTRATO DE CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2015.00006056-8

COMARCA: Presidente Getúlio

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

Data da Instauração: 21/7/2015

Data da Conclusão: 22/6/2017

Partes: Charles Donald Zink, Município de Presidente Getúlio e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Getúlio.

Conclusão: considerando que as requisições exaradas por este órgão ministerial foram, em linhas gerais, atendidas pela municipalidade, adequando-se a composição do Conselho Municipal às normas legais e regulamentares que dispõem sobre o tema, não se verificando, no ponto, a existência de novas diligências a serem determinadas e tendo em vista que não se evidencia no caso em apreço qualquer ato de improbidade administrativa ou, ao menos, a existência de indícios mínimos a justificar a deflagração de ação civil pública, archive-se.

Membro do Ministério Público: Matheus Azevedo Ferreira

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 06.2017.00003643-2

COMARCA: Presidente Getúlio

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

N. da Portaria de Instauração: 0009/2017/PJ/PRE

Data da Instauração: 29/6/2017

Parte: Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Objeto: apurar possível violação de direitos de crianças e adolescentes pela Administração municipal de Vitor Meireles ao não disponibilizar transporte escolar na localidade da Estrada Geral, Aldeia Coqueiro, no Município de Vitor Meireles.

Membro do Ministério Público: Matheus Azevedo Ferreira

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2017.00005270-0

COMARCA: Urubici

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO: Promotoria de Justiça Única

N. da Portaria de Instauração: 0028/2017/PJ/URB

Data da Instauração: 29/6/2017

Parte: M. A. S.

Objeto: apurar eventual situação de risco envolvendo o infante M. A. S.

Membro do Ministério Público: Marcela Pereira Geller

SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2017/MP - ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 048/2017/MP

Resumo do Julgamento e Classificação do Pregão Presencial n. 030/2017/MP (Processo n. 2017/005160) e da Ata de Registro de Preços n. 048/2017/MP. **Objeto:** Efetuar registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para futuras contratações de serviços de engenharia para a realização de manutenção predial com fornecimento de equipamentos e materiais para os imóveis ocupados pelo MPSC na Região Norte do Estado de Santa Catarina. **Resultado:** Sagrou-se vencedora a empresa Koerich Engenharia e Telecomunicações S/A. - Ata n. 048/2017/MP (Lote único). **Vigência da Ata:** De 26/6/2017 a 25/6/2018. **Base Legal:** Lei 8.666/93 e suas alterações.

Florianópolis, 30 de junho de 2017.

CID LUIZ RIBEIRO SCHMITZ

PROMOTOR DE JUSTIÇA

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS